

2. As territorialidades nos sistemas educacionais

2.1. O que muda com a constituição do meio técnico-científico informacional?

No capítulo anterior verificamos o quanto o meio técnico-científico informacional vem sendo capaz de alterar as relações espaciais em vários âmbitos devido às transformações proporcionadas pelos avanços tecnológicos que reduziram as distâncias mundiais, alterando a relação espaço-tempo e, assim, permitindo que novas relações ocorressem em diferentes escalas. Nesse sentido, Milton Santos (2008) afirma que o desenvolvimento técnico potencializa a ampliação do espaço ocupado pelo homem e sua influência sobre ele (fazendo-o seu território), que pode ser alheia à contiguidade geográfica.

Verifica-se quanto o conceito de território ganhou força a partir das novas possibilidades resultantes da Revolução técnico-científica. Ora, ao constarmos com base nas definições de ANDRADE (1994), HAESBAERT (2006) e SANTOS (1994, 2002), que os territórios possuem valor conceitual, no âmago das ciências sociais, a partir da configuração e legitimação de relações de poder atuantes nos mesmos, devemos destacar que a constituição desse meio técnico-científico informacional, através do aumento de mobilidade espacial característico e caracterizado como capaz de incrementar o comércio mundial, possibilita que novas relações, nas mais variadas dimensões sejam estabelecidas, e que, até mesmo, antigas sejam restabelecidas.

Ou seja, as facilidades de comunicação e transportes, típicos da revolução em curso, ajudam a ratificar o surgimento de novos territórios através de processos concomitantes de desterritorialização e reterritorialização⁷.

Foi nesse sentido que reconhecemos a desterritorialização como “mito”. Não no sentido de que simplesmente “não exista” desterritorialização, mas de que se trata de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re) territorialização. (HAESBAERT, 2004)

⁷ De acordo com Haesbaert (2004 p.143), hoje em dia nos deparamos com um território de difícil definição, muito mais múltiplo e descontínuo.

Dá a justificativa para a revalorização do conceito, além disso, segundo Medeiros (2009), o território é um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e, portanto, funciona, assim como o lugar em Milton Santos, isto é, um espaço de resistência das identidades locais.

Segundo Haesbaert (2007), transformações no espaço mundial ocorreram, e ainda ocorrem a partir de movimentos de desterritorialização, concomitantes aos processos de reterritorializações, isto é, os territórios têm a capacidade de passar por processos de refuncionalização, o que permite que os mesmos ganhem novas funções e permaneçam existindo ou coexistindo com os demais, algo que se assemelha ao que Sack (1986) denominou em sua relevante obra sobre o referido assunto, como a ativação e reativação de territorialidades, e que creio poder também associar aos processos de desconstrução e reconstrução de identidades. Sobre estes processos, Duarte (2002 p.91) corrobora com estas idéias ao afirmar que

Apesar de por vezes o termo desterritorialização aparecer nos panfletos teóricos sobre o fim do espaço, sua idéia diz respeito à suspensão entre os lugares de origem de objetos e ações e os de sua efetivação, acrescida das alterações por que passam esses três termos: lugares, objetos e ações.

O aumento dos fluxos, de forma geral promoveu trocas realmente globais envolvendo uma enorme gama de objetos e técnicas, além de capitais e pessoas, capazes de propiciar a substituição de antigos e tradicionais modos de vida por outros mais recentes e modernos, que podem operar a nível mundial e que ignoram de certa forma os níveis locais. Podemos entender este movimento como a expansão do modelo global de produção e consumo que vem sendo propagandeado desde os idos de 1960, o qual vem sendo amplamente alardeado pelo nome de globalização.

Sugiro seguirmos CASTELLS (1999) e, entendermos resumidamente tal processo como um movimento geral de ampliação das possibilidades humanas. As trocas mundiais de informações, hoje extremamente velozes e precisas, são capazes de revolucionar o senso comum todos os dias. As possibilidades são inúmeras e a ciência se deleita nesse mar de possibilidades, que ao permitir a (re) criação do novo e o (re) surgimento de territórios, faz emergir também novas e velhas territorialidades. Estas, aqui, simplesmente compreendidas como resultado

de ações territoriais⁸ que se impõem geralmente por relações de poder expressas no espaço.

A despeito das territorialidades, é possível afirmar, a partir de breve pesquisa bibliográfica que o conceito não é de uso exclusivo da Geografia. Na história da ciência, os estudos sobre território e territorialidade foram objetos de preocupação de vastas áreas do conhecimento, como a botânica e a zoologia, por meio dos trabalhos de naturalistas do século XVIII ou mesmo pela Etologia de Auguste Comte, para citar os principais. (MORAES, 1984, p. 91).

Outras ciências, sociais ou não, apropriam-se ou apropriaram-se do conceito ao longo do tempo. A sociobiologia, por exemplo, percebe o mesmo como um sistema de comportamentos sociais (e, como tal, aprendidos), cuja evolução adveio do seu caráter adaptativo. Já, segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, a definição é muito semelhante ao que já foi citado, tal como condição do que integra o território de uma nação.

Para Andrade (1995), associada ao território, tem-se a expressão territorialidade que,

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado [...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995, p. 20).

Nessa última visão do conceito podemos facilmente perceber, e assim confirmar que o sentimento de pertencimento a uma determinada parcela do espaço, a partir de relações engendradas em seu interior, assim como no caso da definição conceitual de lugar, tem central relevância ao definir além do território, as territorialidades⁹. Andrade compartilha das idéias sobre a territorialidade assinaladas por Edward Hall, que lançou a seguinte definição de territorialidade:

⁸ Segundo Virilio, devemos apreender os conceitos a partir de seu núcleo e nunca pelas suas periferias.

⁹ Seguindo um viés pós-moderno, trabalharei com o conceito no plural justamente com o objetivo de enfatizar a multiplicidade conceitual que marca a época atual, definida anteriormente como ampliação geral das possibilidades humanas.

A noção de territorialidade está ligada à idéia de domínio, à área de influência de uma determinada espécie num espaço e de um de seus elementos sobre seus pares. [...] E que para que esta noção encontre respaldo territorial, é necessário que na formação de determinado território as pessoas que dele fazem parte tenham consciência de sua participação. (HALL *apud* DUARTE, 2002 p.77)

Para o presente trabalho acreditei não ser necessário realizar um complexo resgate histórico acerca do conceito de território, e da mesma forma, não o farei quanto às territorialidades, porém estou convencido de que em relação a estas últimas, uma definição bastante apropriada, mas não a única, é atribuída a Robert Sack, que a define da seguinte maneira:

Territorialidade para os humanos é melhor compreendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas a partir do controle espacial, da área [...] A territorialidade é melhor concebida não como motivada biologicamente, mas antes, como socialmente e geograficamente enraizada. (Sack 1986, p.1-2)

Isto é, Sack percebe a territorialidade a partir do controle, de modo que quando a denomina como uma estratégia, apresenta seu caráter de dominação proposital, que foge da idéia primária das territorialidades como algo ligado aos instintos animais. Desta forma, ele tenta sobrepor sua definição às idéias herdadas das ciências naturais. A complementação de sua definição do conceito ratifica a territorialidade como estratégia a ponto do autor considerar que quem exerce algum tipo de poder pode lançar mão da territorialidade como forma de exercê-lo através do seguinte discurso:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (1986:219)

As definições de territórios e territorialidades produzidas a partir da concepção de um poder único exercido pelos Estados, e tratada aqui como definição conceitual já superada academicamente falando, nos demonstra que em nosso país, mesmo com suas dimensões continentais, que poderiam servir como

um forte obstáculo, identidades locais e nacional foram sendo produzidas com sucesso ao longo de pouco mais de quinhentos anos de história, de maneira que podemos percebê-las através de várias dimensões presentes no cotidiano populacional, tais como na cultura, observada nas demonstrações folclóricas, e até mesmo nos diversos sotaques e gírias; na economia, destacadas em função dos vários índices demonstradores da economia e suas atividades ou ainda de outras dimensões, tais como a geográfica e a política.

Assim sendo, podemos perceber que essas identidades são suficientes para que sejam geradas rivalidades e afinidades entre os estados brasileiros, e que o reconhecimento de seus limites ajuda a construí-las. As próprias tentativas de emancipação de algumas dessas unidades, tais como a Guerra de Farrapos no estado do Rio Grande do Sul, e a Sabinada na Bahia, refletem bem o sentimento de pertencimento a um conjunto numericamente mais restrito de indivíduos que demonstrava alguma afinidade política e cultural que se traduzia na construção de uma identidade e, conseqüentemente, no objetivo único de separação dos demais.

Podemos afirmar que antes da implantação do meio técnico-científico informacional os limites estaduais em nosso país eram mais claramente perceptíveis e, portanto, mais respeitados no que tange à oferta de produtos e serviços. É claro que não queremos aqui levantar a bandeira de uma possível revitalização dos arquipélagos regionais¹⁰, cuja autonomia econômica e produtiva de cada região e seus estados componentes conduzia a uma relativa estagnação no comércio entre as unidades da federação no século XIX. Isto soaria atualmente como uma espécie de xenofobia que provavelmente levaria a um enorme retrocesso não só econômico, mas também político e cultural. Simplesmente tento demonstrar que ao longo do século passado, adentrando o presente, nos acostumamos a uma regionalização dos serviços e produtos oriundos de empresas de capital nacional, de modo que qualquer transposição desses limites territoriais logo nos causava e, ainda causa certa estranheza.

A fluidez territorial é realmente uma possibilidade muito recente e capaz de provocar uma série de reações nas pessoas, desde a nostalgia dos que não

¹⁰ Conceito extraído de texto de Tânia Bacelar, que faz dela as palavras de BECKER ao denominar como arquipélagos regionais a configuração territorial e econômica típica do Brasil do século XIX, a qual se caracteriza pelo isolamento econômico das diversas regiões brasileiras.

apreciam tal mobilidade, advinda da modernidade, até mesmo um sentimento que beira a xenofobia, trazida para uma esfera mais localizada – semelhante ao bairrismo percebido entre habitantes da cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. É importante destacar o fato de que tais reações citadas anteriormente normalmente não se aplicam a quaisquer tipos de produtos ou serviços historicamente oferecidos por outros estados seguindo o que chamamos de vocação regional, mas sim aqueles que passaram a ser “exportados” para as demais unidades da federação após a gradual diminuição dos limites e fronteiras ocorrida após o advento das tecnologias capazes de reduzir as distâncias, tais como a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, objeto do presente estudo.

Acostumamo-nos a siglas e nomes que nos remeteram desde sempre ao respeito aos limites estaduais, de forma que ao ouvirmos siglas como UERJ e USP e UFES, associávamos de imediato que se tratava de eventos que aconteceriam respectivamente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. A fluidez territorial provocada pelo surgimento da globalização nos forçou a mudanças de apreensão de siglas como estas. Atualmente, eventos relacionados a estas instituições de ensino não mais estão emparedadas pelos respectivos limites estaduais, podendo ocorrer, portanto, em quaisquer unidades da federação. É o que ocorre com os cursos a distância oferecidos pela UNOPAR - Universidade do Norte do Paraná em 25 das 26 unidades da federação, que focaremos no terceiro capítulo deste trabalho.

2.2.

A transposição e a sobreposição das territorialidades

Para uma melhor compreensão do termo “transposição das territorialidades” sugiro que num primeiro momento a territorialidade seja assimilada de acordo com a definição oferecida por Corrêa (1994), que se aproxima da que foi escrita por Sack poucos anos antes. Segundo o primeiro autor:

A territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas. (CORRÊA, 1994 p. 251)

A partir dessa concepção, e seguindo também o que Haesbaert afirma, concluímos que o território está sempre relacionado ao poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Porém, não podemos nos furtar ao fato de que, por haver um reconhecimento, uma legitimação oficial, o Estado acaba por representar uma forte instância territorial mesmo em uma época em que seus limites parecem sucumbir diante do poder do capital. Devemos atentar para o fato de que o Estado exerce sua(s) territorialidade(s) de maneira mais ordenada e legitimada pelas fronteiras e limites, além de possuir formas legítimas e oficiais no intuito de resguardá-los.

Destarte sugiro que sigamos o raciocínio de Sack, que considera a existência de diferentes níveis escalares de territorialidade¹¹ e a partir disto acredito que possamos trabalhar com a “multiescalaridade” do conceito para caracterizar a existência daquelas territorialidades que são criadas a partir do estabelecimento locacional de um indivíduo no interior de um território nacional. Leia-se, no caso brasileiro, as esferas municipal, estadual e federal. Aquelas as quais nem as escolhemos, mas que nos são impostas a partir de nosso nascimento e posterior crescimento no território. A partir da convivência com pessoas de origem em outros territórios, aqui estes podendo ser traduzidos em cidades, estados ou até mesmo bairros, podemos evidenciar que assim como as características culturais, diferentes territórios também proporcionam diferentes formas de relacionamento entre pessoas e território. Isto é, cada um destes territórios possui regras e territorialidades próprias, o que me possibilita trabalhar com o avanço das territorialidades locais, aqui tratadas como internas, a partir do momento em que os deslocamentos, tanto de pessoas quanto de mercadorias e serviços entre os estados da federação passaram a ser mais frequentes e complexas no território nacional, causando o que podemos denominar como sobreposição de territorialidades locais.

São essas territorialidades que nos proporcionam uma sensação de pertencermos a um lugar, a um fragmento do espaço, ao qual nem pedimos pra estar, mas que simplesmente habitamos e mantemos inúmeras relações diariamente. Cada um desses territórios possui regras e territorialidades próprias, o que nos possibilitaria trabalhar com a sobreposição e a transposição de

¹¹ Ver Saquet (2009)

territorialidades na escala nacional a partir do momento em que os deslocamentos, tanto de pessoas, quanto de mercadorias e serviços entre os estados da federação passaram a ser mais freqüentes e complexos, causando processos de desterritorialização e reterritorialização.

Saquet (2009) afirma que há territórios e territorialidades sobrepostos e em redes e a partir disto, propomos que, se há sobreposição, há de se ter também, e anterior a este, um processo de transposição, no qual as territorialidades avançam para além de seus territórios originais, buscando um alcance ainda maior e produzindo um processo calcado na multiescalaridade. A sobreposição de territorialidades é capaz de nos proporcionar relações que podemos considerar, no mínimo, como curiosas. No caso do futebol percebemos que, em se tratando da escala internacional, todos os cidadãos de um país (no caso o Brasil) se juntam a cada quatro anos para torcer pela seleção durante a Copa do Mundo, mas em momentos cronológicos muito próximos, e numa escala nacional, exacerbam claramente seus bairrismos, ao afirmarem torcer por times de seu próprio estado contra os demais.

É bem verdade que, se tratando de comércio, o preço e a qualidade dos produtos acabam por inibir que esse “bairrismo” aflore e acabe por influenciar nas escolhas da maioria dos consumidores, mas também é verdade que algumas marcas também têm seu sucesso atribuído a este fato, ao constatarmos que os mesmos são menos vendidos em locais mais distantes de seu ponto de fabricação. Em relação à prestação de serviços, acredito que este fato seja mais marcado, já que a proximidade de uma marca é a garantia de que caso o serviço seja mal prestado, pode ser rapidamente refeito ou consertado, além de que essa proximidade acaba por também pressupor uma proximidade não mais física, mas qualitativa, isto é, por pertencer a uma localidade/região próxima, deve estar mais de acordo com minhas necessidades. Resumindo, as territorialidades, enquanto resultados das relações que se desenrolam no interior dos territórios, estão no cerne da formação das identidades e Raffestin afirma coisa semelhante quando diz que

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do território pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, apud MEDEIROS, 2009)

A análise das territorialidades e sua conseqüente definição do conceito feitas por Corrêa nos mostra que mais amplo e flexível é o uso do termo “apropriação” em lugar de “posse” ou “propriedade”. O primeiro termo está em conformidade com o que denominamos por multiterritorialidade, isto é, o que segundo Haesbaert (2006), surge como uma nova situação no período controverso conhecido por pós-modernidade. Esta surge então, dentro dessa nova concepção, como um desdobramento dos processos de desterritorialização, onde mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, devemos contemplar e nos ocupar com a complexidade dos processos de (re) territorialização em que se envolvem os indivíduos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa a multiterritorialidade humana. Segundo Haesbaert (2005), Lefebvre distingue apropriação de dominação (“posse”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, apud HAESBAERT, 1986)

Desta forma, assim como HAESBAERT, acreditamos que, aos processos de desterritorialização que a globalização proporciona, seguem-se de forma simultânea processos de reterritorialização que nos levaria ao que esse autor denomina como a noção de multiterritorialidade:

Multiterritorialidade aparece como uma resposta a esse processo identificado por muitos como “desterritorialização”: mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re) territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade. (2005 p.1)

A multiterritorialidade, nesse estudo é de grande relevância, pois nos ajuda a demonstrar que, após as territorialidades presentes na escala estadual, terem rompido os limites de seus estados originais, o que haverá será uma sobreposição

de territorialidades na escala nacional gerando uma oferta inédita de serviços, o que nos levará a uma preocupação cada vez menor com tais limites referidos à escala estadual, demonstrando sua gradual perda de importância em detrimento da escala nacional, que, embora também sofra perda de importância desde a constituição do meio técnico-científico informacional, com a expansão da escala global, ainda resiste em função da força e poder exercidos.

Além disso, CORRÊA, ao se referir às expressões simbólicas o autor deixa pra trás toda a carga da tradição do território a qual o próprio nome carrega a respeito da idéia de “terra que pertence a alguém”. O simbolismo presente em sua definição nos remete à alternativa da dimensão político-administrativa associada aos territórios em geral e a rigidez que marca a necessidade de sua posse, dando lugar a um termo que prima pela flexibilidade típica da pós-modernidade: apropriação, embora o termo seja anterior a esta.

2.3. A contribuição de Sack

Robert Sack, em seu *Human Territoriality: its theory and history* faz questão de frisar que o conceito de territorialidade, segundo sua percepção, não é a usual definição do termo. Reconhece que as mais comuns se remetem à defesa da área e que segundo estas, o indivíduo deve estar no local que pretende defender e controlar. A defesa da área é apresentada como um fim em si mesmo ou como um meio para atingir fins específicos, tais como controle de densidade populacional, o controle dos recursos alimentares, ou a afirmação de uma posição dominante.

Ora, trata-se de definições amplamente baseadas em um contexto histórico anterior aos avanços das técnicas, e porque não também, das tecnologias, já descrito neste trabalho. Portanto, julgo não ser o melhor caminho trabalhar no contexto atual com essa definição pré-revolução técnico-científico informacional. Exigir atualmente a presença física de quem exerce o controle sobre o território é no mínimo incoerente justamente por ignorar a análise dos efeitos proporcionados por tal revolução, principalmente no que tange as questões relacionadas aos transportes e comunicações ou às possibilidades de acesso virtual; além de deixar

pra trás toda uma história de possibilidades de dominações à distância bem sucedida de forma geral, iniciada no pós-guerra com a transnacionalização das economias, e conseqüentemente, dos territórios. No caso brasileiro, em relação ao seu espaço interno, podemos trabalhar analogamente, de forma incipiente, com o fim dos arquipélagos econômicos, que perduraram até a Revolução de 30 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, mas a consolidação desse modelo de produção voltado para todo o território nacional foi mesmo alcançada a partir dos anos 1970.

Além da definição, já explicitada neste trabalho, que remete o conceito de territorialidade a uma ou a um conjunto de estratégias para afetar, controlar e influenciar através do acesso sobre uma área, Sack ainda diz que:

Territorialidade é uma extensão da ação por contato. É uma estratégia para estabelecer o acesso diferenciado às pessoas, coisas e relacionamentos. Sua alternativa é sempre uma ação não-territorial. [...] Existem graus de territorialização e [...] a territorialidade ocorre em todas as escalas, desde um cômodo até ao nível do Estado-nação. Territorialidade não é um objeto, mas uma relação. Uma sala pode ser um território em um momento e não mais em outro. (SACK, 1983 p.56)

A territorialidade, segundo sua concepção, quando trazida para os dias atuais permite que pensemos numa diversificação de sua utilização para vários fins. Auxilia na compreensão dos diferentes tipos de controle a serem exercidos sobre os territórios, além de também proporcionar uma releitura em relação à questão do acesso aos mesmos. “A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade se inter-relacionam. (SACK, 1983 p.56)”

A referida obra, já mostrava uma referência às novas técnicas e tecnologias, pois como seria possível pensar em definir territorialidades como uma extensão da ação por contato, sem que avanços da ciência fossem lembrados? Ele destaca que a interação que resulta no controle de uma determinada área deve ser construída a partir desta ação, mas abre claramente a possibilidade da ocorrência do contato indireto:

[...] o contato deverá ocorrer ao longo de um continuum de contato direto, o que significa tocar, em graus de contato indireto, de falar cara a cara para a transmissão de informações através de ondas eletromagnéticas. Formas de contato dependem das tecnologias e mudam historicamente. (SACK, 1983 p.57)

O território para Sack, assim como para os demais autores contemplados neste trabalho, passa obrigatoriamente pela questão das relações de poder. Porém para este, tais relações são fundamentais para o estabelecimento das estratégias de controle de uma determinada área. Ele funcionaria exatamente como uma parcela do espaço vivido, repleto de tais relações que ocorreriam a partir do cotidiano das pessoas. Em suma, para Sack, o território é um fragmento do espaço mediado pela apropriação e pela dominação que se dão a partir de estratégias de controle.

Quanto às territorialidades geradas a partir de cada território, pensando de forma bastante plural, em primeiro lugar devemos nos dar conta de que existem territorialidades, e não apenas sua forma no singular. Em segundo lugar as revoluções tecnológicas possuem lugar cativo na formação de territórios e territorialidades a partir do momento em que suas ferramentas passam a ser utilizadas na formação e manutenção dos mesmos. E em terceiro lugar, e não menos relevante, devemos destacar também, como resultado da revolução que une ciência, tecnologia e informação, a fluidez cada vez maior do território, o que permite pensarmos não apenas em transposição de territorialidades, mas principalmente, na sobreposição delas.¹²

A questão se resume ao fato de que os avanços ocorridos nos meios de transporte em geral e em sua infra-estrutura, foram determinantes para que houvesse a possibilidade dos serviços e mercadorias romperem fisicamente os limites estaduais e ganhassem o território nacional – no caso, a transposição das territorialidades locais; e os mesmos avanços técnicos e tecnológicos aplicados às telecomunicações, tiveram maior destaque ao possibilitar as subseqüentes sobreposições virtuais das territorialidades em um mesmo território.¹³ Como no caso das centrais telefônicas, muito difundidas no continente europeu, destinadas quase que de maneira exclusiva a imigrantes africanos. Normalmente o que se

¹² Raffestin afirma que o espaço, como elemento precedente e matéria-prima dos territórios, é conjunto de sistemas territoriais que se sobrepõem.

¹³ É claro que não podemos ignorar a influência das comunicações no primeiro caso, como também não podemos esquecer-nos da contribuição dos transportes no segundo caso.

verifica é que os atendentes são imigrantes, o nome das lojas faz alusão ao continente africano e os únicos preços à mostra são aqueles das ligações com destino ao continente africano. O fato é que isto remete à percepção de que se efetiva uma territorialidade física e marcante a partir do momento em que o estabelecimento se apresenta quase como uma “embaixada do continente Africano” (como se isso fosse possível) em plena Europa, e que a tecnologia proporciona que outras territorialidades sejam trazidas à tona a partir das ligações (conexões) que se realizam diariamente. Ou seja, a virtualidade de uma conexão telefônica sendo capaz de (re) produzir à distância um território pleno de materialidade para quem o experimenta, além de poder até mesmo promover acesso sobre alguém ou alguma coisa de forma remota.

Outro exemplo, até mais moderno, é a utilização do software *Skype* ou afins, os quais proporcionam a emergência de territorialidades virtuais através da conexão de pessoas à distância com a utilização da internet. Aqui o destaque fica para o baixo preço de realização da conexão e pela diversificação dos usos, já que permite mais do que simplesmente falar, como por exemplo, a transmissão de dados e arquivos.

2.4.

O ensino a distância e as territorialidades em Sack: o acesso e o contato a partir dos territórios virtuais

Segundo Haesbaert (2006), cada definição do conceito de territorialidade é baseada em uma determinada concepção de território. Sack considera o território de forma bastante ampla. Este podendo ser concebido desde o nosso próprio corpo, aí considerando em grande parte a apropriação conceitual advindo da psicologia, que leva em consideração a formação de nossa personalidade a partir da noção de territórios subjetivos, até o estado-nação.

Na introdução da obra, o autor cita como exemplo um pai que não deseja que seus filhos se exponham ao frio e à umidade da chuva que cai em um determinado momento. Ele mostra que pode atingir tal objetivo através do emprego da territorialidade, ao impedir que seus filhos saiam de casa. Mas ao mesmo tempo mostra que sempre existe a possibilidade de uma ação não-territorial para atingir o mesmo objetivo, neste caso, permitindo que os mesmos

saíam, desde que bem agasalhados. Isto é, interações ou acessos podem ocorrer tanto territorialmente quanto não-territorialmente e a alternativa a uma ação que envolva a territorialidade deve ser obrigatoriamente uma ação não territorializada. Em nossa interpretação o ensino presencial tradicional representa a negação do emprego da territorialidade na relação professor-aluno, isto é, enquanto interação¹⁴, já que o mesmo exige contato de alta frequência entre os agentes citados; e de forma oposta, a modalidade a distância, bastante inferior em relação à frequência, entre corpo docente e discente se mostrando como uma situação que requer o emprego da territorialidade enquanto uma estratégia para controlar, afetar ou influenciar a distância um grupo de pessoas, nesse caso, os alunos que buscam um mesmo objetivo: a formação acadêmica.

Ao constatarmos que os três modelos da modalidade de ensino a distância que contemplaremos no próximo capítulo tem como objetivo principal a interiorização do ensino acadêmico visando ampliar a oferta de serviços e, conseqüentemente, a qualificação pessoal dos indivíduos, tomemos a definição de territorialidade proposta por Sack numa tentativa de apreensão dos novos processos que vem surgindo a partir do advento, consolidação e proliferação do ensino superior a distância.

A nossa proposta se justifica pelo fato de que Sack baseia sua teoria das territorialidades, composta pelo estudo das vantagens e desvantagens que o conceito pode proporcionar, em duas categorias de grande importância: o contato e o acesso. Isso porque o contato, ou a falta deste, ou ainda melhor, a constatação de que novas tecnologias proporcionam contatos diretos e indiretos, é justamente o elo que proporciona a utilização do conceito de territorialidade na concessão ou limitação do acesso. Ao se tratar de uma estratégia baseada em uma ação que se estende além do contato, torna-se evidente que ações que ocorram a distância, tais como o ensino superior, objeto de estudo deste trabalho, podem recorrer ao conceito no intuito de buscar explicações e apontar perspectivas.

O ensino a distância, principalmente o modelo essencialmente não-presencial, busca na difusão das tecnologias da informação o ferramental

¹⁴ É necessário levar em consideração que existem territorialidades presentes em salas de aula tradicionais, assim como em qualquer outro espaço que possa ser considerado um território, isto é, onde quer que haja relações de poder sendo exercidas. A diferença aqui reside justamente na ação de ministrar aulas, na interação entre alunos e professores ocorrendo a partir de uma ação baseada ou não na territorialidade.

necessário à ampliação de seu alcance. Essas ferramentas substituem de certa forma o contato físico presente na relação professor-aluno, criando um território que podemos denominar como virtual, e que obviamente abre mão da contigüidade territorial, já que o aluno pode acessar suas aulas de quaisquer pontos do país, desde que haja a disponibilidade de uma conexão de banda larga.

No caso dos modelos denominados aqui como semipresenciais, que exigem a presença dos alunos pelo menos uma vez por semana a questão do contato não pode e não deve ser descartada. Nestes casos é claro que há grande redução do contato que tradicionalmente se estabelece no sistema presencial, porém não vejo este fato como inviabilizador da utilização da teoria, justamente pelo fato de que no caso do modelo de aulas ao vivo via satélite, as tecnologias de informação estão tão presentes quanto no primeiro caso relatado. Mais ainda, associada à internet, teremos uma conexão de áudio e vídeo para resolver a questão do contato entre professor e alunos, resolvendo desta forma, a questão do acesso.

Ainda refletindo sobre as possibilidades de utilização das territorialidades, ao tomarmos o CEDERJ como exemplo, além da redução de contato, típica da modalidade à distância, ocorre a substituição do sistema de aulas por tutorias e, conseqüentemente, de professores por tutores. Nesse caso a utilização de TIC's é bem menor, visto que os alunos têm tutorias presenciais uma vez por semana, mas de qualquer forma, assim como nos casos acima citados, a exigência quanto à presença, mesmo que em escala reduzida, funciona como forma de controle sobre as ações dos alunos quanto aos estudos adquiridos à distância. Resumindo, trata-se da concepção de uma estratégia territorial de estabelecimento de relações de ensino-aprendizagem relacionadas à redução do contato entre os agentes envolvidos. Destarte, podemos perceber que quanto mais intensa é a utilização de tecnologias no processo, menor o contato direto estabelecido, e também maior será a quantidade de territorialidades engendradas no território virtual.

Ainda sobre a teoria de Sack, este afirma que a territorialidade é uma estratégia voltada para estabelecer o acesso diferenciado às pessoas, coisas e relacionamentos, e que tanto as interações quanto o acesso podem ocorrer territorialmente ou não-territorialmente. Para ilustrar essa afirmação ele normalmente se utiliza de exemplos que demonstram a limitação do acesso de pessoas a recintos e lugares com a finalidade de alcançar objetivos que também

poderiam ser atingidos com o emprego de ações não-territoriais. Isso fica claro no caso dos filhos que não podiam sair de casa para não se molharem, ou ainda no caso, também envolvendo filhos que eram impedidos de entrar no escritório da casa, pois que, fatalmente mexeriam em objetos que o pai proibia.¹⁵

No caso do Ensino a Distância, o acesso, em primeiro lugar se demonstra a partir do momento em que essa modalidade de ensino permite que um sem número de pessoas que estavam antes à margem do processo educacional possa ingressar no ensino superior e buscar assim uma melhor qualificação profissional e conseqüente colocação no mercado de trabalho. Além disso, ao apreendermos que as territorialidades em Sack são um meio de alcançar objetivos a partir do controle territorial, podemos então, traçar um paralelo e aplicá-las ao ensino superior à distância à medida que o controle sobre os territórios virtuais, nos quais estão presentes os conteúdos dos conhecimentos a serem adquiridos ou construídos, está nas mãos das instituições que oferecem o serviço, ou seja, aquelas que têm o poder de restringir o acesso a tais territórios apenas a quem pode pagar pelo ingresso ou a quem obteve classificação em um vestibular tradicional, dependendo do caráter da instituição, privada ou pública, respectivamente. Segundo Campelo (2009, p. 76), o espaço educacional se torna cada vez maior e a sala de aula não tem mais limite definido, considerando que, com a educação a distância, as fronteiras se alteram, ou melhor, vão se desterritorializando e reterritorializando em outros pontos. Segundo Moraes,

“a virtualização de uma comunidade implica uma não presença, uma desterritorialização onde as antigas referências de tempo e de espaço relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento já não são mais as mesmas. (MORAES *apud* CAMPELO, 2009)

É bem verdade que enquanto Sack proclamava a utilização das territorialidades como instrumentos de controle pessoas ou estratégia voltada para estabelecer o acesso diferenciado às pessoas, coisas e relacionamentos, em meados da década de 1980, a internet ainda engatinhava no mundo de uma forma geral e as tecnologias de comunicação ainda colocavam-se de maneira bastante restrita. Porém, hoje em dia é necessário que saibamos compreender que todos os recursos tecnológicos disponíveis para os setores de transportes e

¹⁵ Ver Human territoriality: its theory and history (Robert David Sack) páginas 1-4)

telecomunicações alteraram de forma avassaladora o conceito de território fazendo alusão ao que Lévy (1999) costuma chamar de ciberespaço, palavra criada para designar o universo das redes digitais, descrito como o campo de batalha entre as transnacionais, palco de conflitos mundiais e a nova fronteira econômica e cultural.

Em suma, a mobilidade territorial proporcionada pela possibilidade, sem precedentes na história acessar de qualquer ponto do planeta uma enorme gama de informações disponíveis. Lévy define o espaço da seguinte maneira:

(...) como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos, na medida que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. (LÉVY *apud* CAMPELO, 2009)

Sack não previa em 1986 a atual popularização tecnológica, nem tampouco o atual estágio da mesma, por isso nos vemos numa árdua tarefa de adaptar suas idéias ao atual contexto repleto de virtualidade que nos direcionam para territórios e territorialidades virtuais. Desta forma, devemos atentar para a questão do acesso. O acesso, no presente estudo, associado ao ensino superior a distância não deve ser compreendido apenas como a possibilidade de pessoas alijadas do sistema educacional, com menores oportunidades, seja em função da necessidade de trabalho, ou por vontade própria terem a oportunidade de, enfim, acessar o ensino superior. Ou seja, é claro que se trata de uma forma de acesso que, mais do que nunca deve servir de pauta das discussões políticas de um Brasil dito em vias de desenvolvimento. Porém, mais do que isso, o acesso deve ser aqui encarado como a possibilidade tecnológica que permite que este primeiro acesso citado ocorra. É o acesso à informação e à instrução técnica, sem o qual não há relação ensino-aprendizagem nesta modalidade. Isto é, o acesso à tecnologia que vai permitir que a instrução ocorra. No meio virtual, aqui amplamente utilizado para finalidades educacionais, o acesso é determinado, ou melhor, controlado pela instituição que detém o poder nessa relação: a universidade.

Neste caso a universidade deve sustentar a manutenção de um território virtual no qual suas territorialidades são normalmente impostas aos seus alunos,

claro que com intensidades diferenciadas a partir da utilização das chamadas TIC's por cada instituição de ensino. Como sujeitos de nossa pesquisa, o CEDERJ, a UNOPAR e a UNESA mantêm territorialidades virtuais diferenciadas, onde podemos afirmar que o primeiro, por seu sistema semi-presencial possui diversas atribuições territoriais, mas também não territoriais, o segundo, expressa a virtualidade por nós explicitada a partir do sistema baseado em aulas ao vivo com intervenção dos alunos via programas de mensagens instantâneas e, por fim, o terceiro, que de certa forma abusa da virtualidade a partir do momento em que permite que o aluno assista às aulas em horários escolhidos por ele, além da facilidade locacional, isto é, o aluno pode acessar as informações necessárias, nesse caso, as aulas de qualquer parte do planeta desde que haja uma conexão de internet. Resumindo, trata-se do acesso remoto às informações.

No conjunto das políticas públicas cremos que o objetivo do governo com a estratégia de desenvolvimento do Ensino a Distância no ensino superior passa por algumas questões importantes tais como a ampliação do número de vagas no ensino superior como forma de qualificar pessoas e cumprir, assim seu papel social na formação dos cidadãos e conseqüentemente fornecer mão-de-obra mais qualificada para empresas governamentais ou não. Além disso, localmente podemos destacar também o objetivo de todas as esferas governamentais no sentido de reduzir as transferências entre cidades através da interiorização do ensino universitário. Mas porque utilizar o Ensino a Distância e não o ensino presencial tradicional? Justamente em função do menor investimento a ser feito e também da conseqüente rapidez em sua instalação, que como já foi citado, não necessita de tantos requisitos quanto o ensino presencial.¹⁶

É importante frisar também que parte do interesse que gira em torno do ensino não presencial se dá pelo seu alcance. A utilização de técnicas e métodos do ensino, apoiada em novas tecnologias possui a capacidade de ampliar em muitas vezes o poder de proliferação desta iniciativa. Assim como a internet potencializou ao longo do tempo o alcance do comércio em geral, podemos

¹⁶ Ver capítulo 1.

também afirmar que o mesmo ocorreu em relação à educação, não querendo de maneira alguma relacionar as duas atividades citadas.

Do ponto de vista da iniciativa privada o Ensino a Distância funciona como uma estratégia de obtenção de lucros através da oferta de vagas também concentradas no interior, mas que pode ser oferecido em grande escala nas grandes cidades, e dos menores custos de implantação. A extração da mais-valia sobre o corpo docente também auxilia na consolidação desta estratégia.

A questão do acesso, além da forma vista anteriormente, pode ser encarada a partir da possibilidade de utilização do serviço que também possui diferenças em relação às esferas citadas. No caso da UNOPAR e Estácio de Sá, ambas tratando-se de instituições privadas, o fator limitante se concentra mais no poder aquisitivo, já que por visarem lucro, têm interesse no maior ingresso (acesso) de pessoas possível. Neste cenário, estuda quem pode pagar pelo serviço e este é o fator limitante. Na esfera pública, como a oferta do serviço é gratuita o fator limitante acaba sendo o próprio processo seletivo – vestibular – que determina quem pode ou não acessar o serviço.

Destarte, chegamos ao seguinte questionamento: territorialidades foram ativadas, desativadas ou reativadas a partir do Ensino a Distância? Parafraseando Haesbaert, podemos concluir que o esta modalidade proporcionou algum tipo de territorialização, desterritorialização ou ainda, reterritorialização? Sack, em sua teoria da territorialidade, aponta que para que a territorialidade ocorra, é necessário que o objeto a ser controlado deva apresentar certa relevância, para que realmente possa ser utilizado como instrumento de manipulação e controle:

A territorialidade pode ser a estratégia mais eficiente para reforçar o controle, se a distribuição dos recursos ou coisas a serem controladas for reduzida em algum lugar entre a onipresença e a imprevisibilidade. Por exemplo, os modelos de forragem animal têm mostrado que a territorialidade é mais eficiente para os animais quando a comida é suficientemente abundante e previsível no espaço e no tempo, ao passo que as ações não-territoriais são mais adequadas para a situação inversa. O mesmo foi demonstrado para sustentar em casos selecionados de sociedades humanas de caça e coleta. (SACK, 1986)

Utilizar-se da territorialidade torna-se mais eficiente como mecanismo de controle (da parte de alguém ou alguma instituição) quando o objeto desse controle se trata de algo que não está nem tanto para o randômico nem tanto para

o que está todo o tempo disponível; o objeto secundário do controle deve ter uma certa fragilidade, um nível de indisponibilidade, ou não serve como arma de controle. Bom, a educação seria esse objeto. A premente necessidade de melhores salários por parte da população em geral proporciona esse poder a quem oferta esse serviço, seja o governo através de suas esferas ou a iniciativa privada e suas instituições.

Entendemos que o Ensino a Distância pode ser encarado não como uma, mas como um conjunto de estratégias visando afetar e influenciar um território, este sendo parte real, parte virtual, já que a influência sobre as pessoas se dá ora de uma forma, ora de outra. As várias estratégias citadas estão de acordo com a intencionalidade de cada instância de poder, visto que o público e o privado têm objetivos diversos e, portanto, intencionalidades diferentes, proporcionando também, territorialidades distintas. A implantação do Ensino a Distância é capaz de ativar novas territorialidades através de um cenário de desterritorialização seguido de reterritorialização dentro de uma visão que busca a multiplicidade, no caso a multiterritorialidade. Isto é, compreendendo o território como um fragmento do espaço que se efetiva a partir de relações de poder que se estabelecem estreitando condições relacionadas ao pertencer ao mesmo, sugiro que assimilemos que por trás da geração dos mesmos haja sempre uma intencionalidade que move indivíduos ou grupos no estabelecimento e manutenção de relações de poder. Este cenário é propício à sobreposição de territórios, e claro, de territorialidades. De modo que o Ensino a Distância, definido como um sistema complementar, ou seja, gerado não para eliminar o ensino presencial e, conseqüentemente, suas territorialidades, mas para somar e sobrepor territorialidades.